

FASE NEOLIBERAL: Resultados e perspectivas

José Menezes Gomes¹

Resumo: O artigo faz uma retrospectiva da chamada fase neoliberal buscando o entendimento da crise de superprodução atual desde os 70 procurando refletir sobre uma saída anticapitalista. O chamado neoliberalismo é caracterizado como a introdução da política econômica dos rentistas, inicialmente nos EUA e Inglaterra no início dos anos 80, e depois a sua generalização pela maioria do globo no início dos anos 90, especialmente na América latina, com a introdução da Âncora cambial como modelo de estabilização monetária. Na avaliação dos resultados dessa constatamos que a dívida pública assumiu proporções gigantescas, enquanto se aceleraram os problemas sociais. Quanto a busca de alternativas questiona-se a saída keynesiana, tendo como referencia a crítica feita por MATTICK, 1975, que vê nessa política uma pseudo alternativa.

Palavras-chave: Crise capitalista, Neoliberalismo, Lutas de classes, Socialismo.

Abstract: This paper makes a retrospective of the "Neoliberal phase", seeking the understanding of the "over production" crisis that we have nowadays and since the 70's, trying to reflect about a "anticapitalist" way. What we called "Neoliberalism" is characterized as an introduction of the "economic politics" of "rentistas", first in the E.U.A and especially in Latin America, with the introduction of the "Âncora Cambial" as the model of "monetary stabilization". In the results evaluation of this evidence, we verified that the public debt assumed gigantic ratios, while the social problems had been sped up. The search of alternatives questions the "keynes" exit, having as reference the critic made by MATTICK, 1975, that sees in this politics an "fake" alternative.

Key words: capitalism crisis, neoliberalism, strong of classes, socialism.

Para uma retrospectiva da chamada fase neoliberal é fundamental o entendimento da crise de superprodução no início dos 70 do século XX, compreendendo os últimos momentos dos chamados "30 anos gloriosos" e seus desdobramentos nas economias centrais, especialmente dos Estados Unidos, com o fim da convertibilidade do dólar, em 1971. É igualmente importante ter clareza quanto a diversos aspectos e acontecimentos correlacionados como a ameaça de perda da hegemonia industrial; a ascensão da Alemanha e do Japão; a crise fiscal do Estado; a desvalorização do dólar; a inflação nos países centrais; a expansão do euromercado de moedas; a implantação de regimes militares por quase todo o continente com apoio do Pentágono; o endividamento externo; e o advento do "milagre econômico brasileiro" (1969 - 1973).

1 Professor do Departamento de economia, Membro do Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA, Doutor em História Econômica pela USP e Ex-diretor do Andes - SN.

Destacamos a natureza da política de estabilização dos Estados Unidos nos anos 80 e suas implicações para as economias latino-americanas na determinação desta conjuntura, pois o quadro da década de 80 determinou as bases dos modelos próprios dos anos 90, para o continente, já que aquela influencia o nível de crédito mundial, determinando, por sua vez, o cenário tanto para o setor privado como para o público, principalmente a partir da política econômica de Ronald Reagan, quando a política do FED - Banco Central dos EUA, passou a subordinar as demais políticas monetárias além de impulsionar a moratória mexicana e argentina e a crise de crédito dos anos 80.

Parte desse movimento ocorreu como consequência da política de estabilização do dólar e de combate à inflação através dos juros altos e do endividamento do Tesouro dos EUA, do governo Reagan. A taxa de juros que chegou a ser negativa, dada a elevada inflação nos Estados Unidos, atingiu mais de 20% ao ano, levando inicialmente México e Argentina a declararem moratória em 1982. Esse fato quase provocou a quebra generalizada dos grandes bancos e empresas. No Brasil, como os tomadores de empréstimos privados não podiam pagar os novos patamares de juros (as taxas eram flutuantes), a dívida foi estatizada e convertida em dívida pública, evitando-se a moratória naquele momento. Portanto, o início do neoliberalismo nos anos 80 é marcado por uma crise bancária, socorro aos bancos, securitização das dívidas, seguido pela moratória mexicana e argentina e crise de crédito.

A política econômica dos rentistas veio, portanto, da política de combate à inflação de Paul Volker, em 1979, ampliada durante o governo Reagan, a qual foi decisiva na mudança de orientação dos bancos centrais, o que acabou refletindo no Banco Mundial e no FMI. Tal política significou, na prática, a independência do FED em relação ao Tesouro, e a política econômica passou a ser prisioneira da política monetária. Em consequência disso, segundo Greider (1998, p. 336), “os poderes dirigentes mudaram informalmente, mas de forma perceptível, dos governos eleitos para os bancos centrais não eleitos”. A partir de então, os Estados reorientaram suas despesas para o pagamento de juros, retirando os recursos, em parte, das ditas políticas sociais e dos investimentos voltados para o chamado setor produtivo. O economista Alain Parguez (apud Greider, 1998, p. 327) chamou esse regime de “economia do rentista internacional” ou “Estado assistencial do rentista”. Segundo Parguez, os Estados se endividaram tomando grandes somas emprestadas de indivíduos ou instituições financeiras, apenas para pagar juros aos rentistas a taxas estabelecidas por outro braço do governo – os bancos centrais.

O chamado neoliberalismo é portanto a introdução da política econômica dos rentistas, inicialmente nos EUA e Inglaterra no início dos anos 80, e depois a sua generalização pela maioria do globo no início dos anos 90, especialmente na América latina, com a introdução da âncora cambial como modelo de estabilização monetária. Os Estados Unidos, via FMI e Banco Mundial, ao recomendarem taxas de juros mais altas aos países subdesenvolvidos, repassaram para a chamada periferia a responsabilidade de fornecer crescente remuneração aos rentistas.

Se, por um lado, a política deflacionista dos EUA iniciada no governo Reagan era a maneira interna de agradar os rentistas (banqueiros e fundos de pensão). Além disso, criava-se as condições para o pagamento das dívidas externa e interna dos países subdesenvolvidos, além de abrir estas economias para realizarem parte de sua produção excedente.

O final da convertibilidade do dólar, em 1971, mostrou que a economia (queda da taxa de lucro) e o Estado (crise fiscal) não conseguiam mais sustentar os chamados “trinta gloriosos”. Com isso, a instabilidade monetária passou a se fazer bastante presente na economia mundial depois dos anos 70. A evolução dessa crise começou na recessão de 1969 a 1971, seguida por uma pequena expansão (1972 a 1973) e tendo seu ponto culminante na recessão generalizada de 1974 a 1975 e de 1980 a 1982. Depois da mini-recessão de 1986 a 1987, a recuperação só ocorreu, nos EUA, no período de 1993 a 2000¹, enquanto o restante da economia mundial obteve crescimento medíocre. Entre 1974 e 1975, a economia capitalista mundial conheceu sua primeira recessão generalizada depois da Segunda Guerra Mundial, sendo esta mais grave, precisamente porque foi geral (MANDEL, 1990).

Com o fim da fase de expansão, seus principais motores começaram a se esgotar e as contradições da economia capitalista se mostraram mais graves, tanto para cada país imperialista, quanto entre eles. Esse foi o momento em que os movimentos sociais tiveram um expressivo crescimento, a partir de 1968. Para Mandel (1990, p. 26), essa recessão generalizada é uma crise clássica de superprodução, tratando-se de uma fase típica de queda da taxa média de lucro², claramente anterior à elevação do preço do petróleo³.

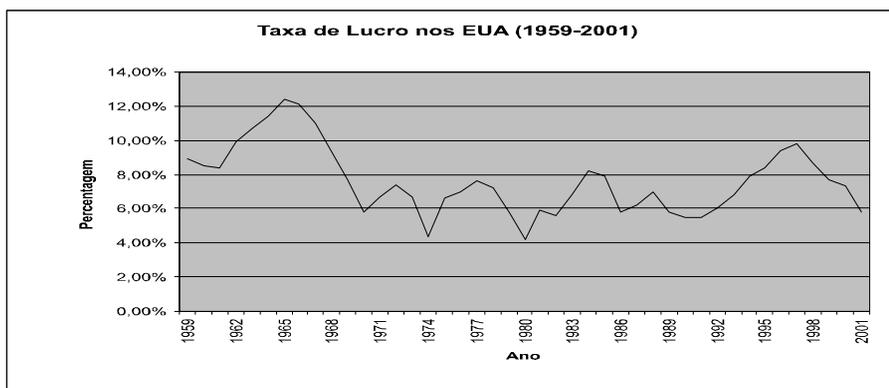
No gráfico abaixo, pode-se observar a taxa de lucro nos EUA no período de 1959 a 2001 e constatar essa tendência a queda. De 1959 a 1968, a taxa esteve acima de 8%, com pico em 1965, quando atingiu os 12%. O período de 1969 a 1991 foi marcado por curtas elevações e quedas, só ultrapassando os 8% em 1984/85. Os pontos mais baixos (4%), ocorreram durante a recessão de 1974 a 1975 e de 1980 a 1981. Somente em 1998 essa taxa se aproximou dos 8% obtidos em 1966.

1 Período marcado pela “bolha” no mercado de ações e pela introdução das políticas de estabilização com base na âncora cambial na América Latina, marcado pela abertura comercial, privatizações, desregulamentação financeira, renegociação da dívida externa, etc.

2 Moseley, no seu estudo sobre a evolução da taxa média de lucro nos EUA, no pós Segunda Guerra, constatou que a tendência à queda da taxa de lucro se fez sentir desde o fim dos anos 60. Segundo ele, essa tendência podia ser percebida mesmo usando formas diferentes de medida da taxa de lucro.

3 Quedas semelhantes ocorreram também na Grã-Bretanha, no Japão e na Alemanha.

GRÁFICO 1 - TAXA DE LUCRO NOS EUA DE 1959 A 2001 – EM %



Fonte: Economic Report of The President (2001) **Obs:** Os dados de 2001 referem-se apenas ao primeiro trimestre do ano.

O declínio da taxa de lucro, nos anos 70, resultou, em seguida, numa queda do investimento e elevação do desemprego e da inflação, o que se chamou de estagnação. A elevação da inflação foi em parte resultado da elevação dos preços patrocinados pelos grupos monopolistas com o objetivo de conter o declínio da taxa de lucro. A outra forma de conter a queda do lucro foi a redução salarial impulsionada pelo crescente desemprego (GOMES, 2004).

Segundo Moseley (1991)⁶¹ o salário real médio na economia dos EUA declinou aproximadamente 20% nos últimos vinte anos. Para Moseley (1991; 1997), as duas principais causas da queda da taxa de lucro no pós-guerra, nos EUA, foram: um aumento da composição orgânica de 40% e um aumento de 80% na relação do trabalho improdutivo com o trabalho produtivo, sendo que o aumento relativo do trabalho improdutivo explicava 60% do declínio e o aumento da composição orgânica dos 40% restantes.

Do mesmo modo que a recessão anterior, a de 1980 - 1982⁴ também foi desencadeada nos EUA pela queda da produção industrial e do emprego, amplificada pelos efeitos da política de juros altos, praticada para conter a desvalorização do dólar e combater a inflação⁵. Novamente, houve uma ampla sincronização da recessão, agora envolvendo praticamente todas as potências imperialistas menores (MANDEL, 1990, p. 176). A particularidade da recessão de 1980 -1982⁶, assim como na recessão de 1974 -1975, foi a acentuação da procura por mercados substitutos. Se, na recessão anterior, os países da OPEP,

4 Marxian crisis theory and postwar U.S. economy. In: <http://www.mtholyoke.edu/~fmoseley>

5 Entre julho de 1981 e fevereiro de 1982, a produção industrial caiu mais de 10% e a capacidade excedente aumentou.

6 Da mesma forma, na Inglaterra, a política deflacionista de Margareth Thatcher contribuiu para a queda da produção, já em 1979, prosseguindo até início de 1981.

os subdesenvolvidos⁶⁵ e os ditos “socialistas”⁶⁶ se constituíram em novos mercados, na segunda recessão estes mercados foram retraídos, tanto pela queda dos preços do petróleo quanto pela retração do crédito nos países subdesenvolvidos e nos ditos socialistas, devido aos limites impostos pelo alto grau de endividamento. Sendo assim, restaram aos países imperialistas os mercados da Ásia do Leste e do Sudoeste e, sobretudo, o “mercado de substituição” clássico: o rearmamento da era Reagan (MANDEL, 1990, p. 178).

A eclosão da crise da dívida externa e o processo de sua securitização fizeram emergir um novo regime de acumulação a partir do início dos anos 80, sobre as bases políticas da liberalização e da desregulamentação procedentes dos EUA e da Inglaterra. A expansão da esfera financeira foi expressiva desde o início dos anos 80, quando a taxa média de crescimento anual do estoque de ativos financeiros, de 1980 a 1992, foi 2,6 vezes maior que a da formação bruta de capital fixo do setor privado nos países da OCDE (CHESNAIS, 1998, p. 14). Por outro lado, os créditos concedidos aos países em desenvolvimento criaram o primeiro processo, no período contemporâneo, de transferência de recursos em grande escala, o qual não foi interrompido com a eclosão da crise de 1982 e contribuiu para inverter o fluxo de capitais, na metade dos anos 80, em direção aos países imperialistas (CHESNAIS, 1998, p. 15).

A política de estabilização praticada nos países subdesenvolvidos tem que ser compreendida dentro da nova etapa da crise capitalista, especialmente nos EUA, explicitada na recessão de 1991, e no âmbito da tentativa do FED de combater tal processo a partir da queda da taxa de juros. Além disso, a iniciativa, efetivada no Consenso de Washington, em 1989, e conhecida como “neoliberalismo”, tinha como objetivo central buscar contornar aquela etapa da crise capitalista, pressupondo uma nova investida imperialista com a utilização de meios diferentes dos empregados durante os regimes militares dos anos 60 e 70. Tal investida se deu nos anos 90 via organismos multilaterais (FMI, BIRD, e OMC), tendo como eixo os Programas de Ajustes Estruturais e a dependência financeira dos países subdesenvolvidos. Os países subdesenvolvidos, que ficaram de fora dos “trinta gloriosos” do capitalismo no pós-guerra, foram chamados a pagar parte da conta da política de estabilização dos EUA, desde os anos 80 (GOMES, 2004).

7 Durante essa recessão, a produção da indústria automobilística dos EUA caiu de 7 milhões de veículos, no início de 1981, para 4,5 milhões em março de 1982 (queda de 40%) (MANDEL, 1990, p. 244).

8 Esses países foram grandemente atingidos por essa segunda recessão, devido à queda dos preços das matérias primas. A América Latina acabou sendo mais atingida pela segunda do que pela primeira (MANDEL, 1990, p. 181).

9 No decorrer dos anos 70, o comércio leste-oeste cumpriu o papel de válvula de escape suplementar para a economia capitalista em crise, em parte financiado pelo crédito vindo do euromercado de moedas.

2. Os resultados: Explosão da dívida pública e dos problemas sociais

Quando avaliamos os resultados da chamada fase neoliberal para a América Latina a primeira observação é de que a dívida pública assumiu proporções gigantescas, enquanto se aceleraram os problemas sociais. A renegociação da dívida externa a partir do Plano Brady, em 1989, superou temporariamente o impasse surgido a partir das moratórias mexicana e argentina, em 1982, e da moratória brasileira, em 1987, quando se alongou a dívida por trinta anos. Essa renegociação foi fundamental para a introdução da âncora cambial nos países subdesenvolvidos no início dos anos 90. No Brasil, essa renegociação só se efetivou em 1994, momentos antes da introdução do Plano Real.

Em se tratando da América Latina, o processo de endividamento externo, nos últimos vinte anos, partiu das moratórias mexicana e argentina, em 1982, e chegou à moratória argentina e equatoriana, em 2001. Desse modo, a moratória se constituiu em ponto de partida e de chegada desse círculo vicioso de endividamento¹⁰. As economias subdesenvolvidas da América Latina, como receptoras de capital especulativo e usuárias de tecnologias já obsoletas, tiveram, na crescente saída de capitais para pagar juros e amortização das dívidas públicas, dificuldades para a formação bruta de capital que poderia gerar desenvolvimento econômico (GOMES, 2004).

A dívida externa pública e privada da Argentina de 1980 a 1999 cresceu 492%, passando de US\$ 27 bilhões, em 1980, para US\$ 160 bilhões, em 1999. Sua fase de maior aceleração foi de 1991 a 1999, quando cresceu 146%, saindo de US\$ 65 bilhões, em 1991, para US\$ 160 bilhões, em 1999. Essa expansão da dívida ocorreu mesmo quando o serviço da dívida externa (pagamento de amortização e juros) alcançou, no período de 1976 a 2000, o volume de US\$ 212 bilhões (CONESA, 2000).

Movimento semelhante ocorreu no México, que, em 1980, tinha uma dívida externa de US\$ 33,8 bilhões e alcançou US\$ 92,3 bilhões, em 1998, o que corresponde a um crescimento de 273%. O endividamento público, no mesmo período, saltou de 678 milhões de pesos, em 1980, para 343 bilhões de pesos, em 1998. Em 1995, essa dívida, sob os efeitos da segunda crise mexicana, era de 130 bilhões de pesos. Todavia, a maior expansão percentual ocorreu logo após a moratória mexicana, em 1982, quando os bancos foram “nacionalizados” e a dívida pública, que era de 2,7 bilhões de pesos, atingiu 108 bilhões de pesos, em 1988.

A dívida externa bruta da América Latina e Caribe, que, em 1991, era de US\$ 460 bilhões, chegou a US\$ 750 bilhões, em 2000, apesar do repasse do serviço da dívida desses países. Entre 1997 e 2002, a transferência líquida de

¹⁰ Nos últimos anos, México e Brasil não chegaram à moratória formalmente devido aos volumosos empréstimos do FMI e do Tesouro dos EUA, especialmente no caso mexicano.

recursos financeiros do mundo subdesenvolvido para os países ricos foi de quase US\$ 700 bilhões, ou seja, muito mais do que o PIB brasileiro. Segundo dados fornecidos pelo Banco Mundial, entre 1982 e 2000, a América Latina pagou, pelos empréstimos financeiros tomados, US\$ 1,45 trilhão, o que equivale a mais de quatro vezes o montante total da dívida original.

No Brasil de 1978 a 2002, os pagamentos de juros e amortizações da dívida externa atingiram US\$ 684 bilhões (soma maior que o valor de US\$ 527 bilhões recebidos em empréstimos). Tal fato não impediu que a dívida saltasse de US\$ 52,8 bilhões, em 1978, para US\$ 229 bilhões, em 2002. Com isso o país pagou US\$ 157 bilhões a mais do que recebeu, significando transferência líquida de recursos para o exterior, e ainda assim a dívida se multiplicou por quase cinco¹¹. Segundo Mandel (1990, p. 284), o fato da dívida ser lavrada em dólares, permitiu que todos os tomadores de empréstimos ficassem sujeitos à política monetária dos EUA. Por esse motivo, a política de Reagan implicou na explosão das dívidas dos países subdesenvolvidos e o aumento das transferências de recursos para os países centrais.

A elevação dos juros, em decorrência da política econômica de Reagan, acabou criando um problema para os capitalistas que ainda estavam na produção. Isto porque, à medida que se elevavam os juros, exigia-se um aumento do grau de exploração do trabalho por parte do capital industrial para que pudesse repassar uma parte maior do lucro industrial para os bancos e ainda motivar um lucro que os mantivesse na produção. O pagamento de juros ou amortização da dívida pública é o mecanismo por onde o Estado retira recursos dos trabalhadores, através dos impostos diretos e indiretos, e os remete diretamente aos banqueiros e fundos de pensão. Esse processo resultou da crise fiscal e financeira do Estado, a partir dos anos 70, e a explosão da dívida pública, que estabeleceu uma nova relação entre Estado, bancos e economia (GOMES, 2004).

A experiência dos anos 90 demonstrou que mesmo o Estado imperialista tem limitações para contornar efetivamente a crise capitalista. Entretanto, os EUA¹² se firmaram como país símbolo do rentismo, com o Estado absorvendo o capital inativo nacional e internacional para rolar sua dívida, ao transformar seus títulos públicos em refúgio seguro para os capitais mundiais em momentos de incerteza. Nos anos 90, quando os EUA baixaram a taxa de juros para contornar a recessão de 1991, observou-se um novo aumento da liquidez mundial e uma nova onda de endividamento externo. Dessa forma, as economias subdesenvolvidas tornaram-se reféns do excedente monetário produzido pelos países ricos, bancando parte do um ônus que deveria ser deles. A dimensão da economia dos EUA faz com que qualquer alteração de sua política monetária, seja de contração ou expansão, tenha repercussão imediata sobre a economia

11 Ver <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/>

12 Os EUA foram protagonistas do maior calote da história capitalista, quando decretaram unilateralmente o fim da conversibilidade do dólar, em 1971-1973.

mundial, onde os demais Bancos Centrais pouco podem fazer para contrapor tal fluxo (GOMES, 2004).

Para o governo brasileiro ampliar o volume de recursos para o pagamento dos juros da dívida pública foi praticado uma brutal elevação da carga tributária, especialmente na fase do Plano Real. De 1947 a 1955, a carga tributária esteve em torno de 15% do PIB; de 1956 a 1965, chegou a 19%; logo após o regime militar, de 1966 a 1980, com o aperfeiçoamento do mecanismo da dívida pública, a carga tributária flutuou entre 20% e 25%; de 1981 a 1994, fase marcada pelos efeitos do endividamento interno e externo, essa taxa se ampliou de 25% para 29,5%, no início do Plano Real. Desde então, rompeu a barreira dos 29,5% e atingiu 37% em 2007. Todavia, quanto mais se elevou o volume de impostos, mais o Estado reduziu seus gastos sociais, direcionando-os ao pagamento dos juros da dívida pública. Ao mesmo tempo, os serviços foram privatizados e as tarifas reajustadas pelo IGP-M.

No crescente pagamento de juros da dívida pública, não está apenas a expropriação dos recursos públicos, vindos dos impostos sobre a riqueza gerada pelos trabalhadores, seja diretamente sobre seus salários, seja indiretamente sobre o trabalho excedente apropriado pelos capitalistas, mas a saída de capitais da atividade produtiva interna para os paraísos fiscais. Em seguida, esse dinheiro se junta, no sistema monetário internacional, ao dinheiro do narcotráfico e das demais modalidades de crime organizado, na forma de capital de curto prazo, o qual, após etapas intermediárias de lavagem, acabam retornando ao país pelos altos juros praticados. Assim, a rolagem da dívida pública também serve para lavar dinheiro.

Desde dezembro de 1990, a dívida dos “mercados emergentes” tem gerado lucros anuais de 15,2%, um ótimo resultado, se comparado com os das ações ordinárias nas praças dos EUA, que geraram benefícios de apenas 12,1%, e com os das obrigações de empresas americanas de alta produtividade, que ficaram com uma rentabilidade média de 10,7%. No entanto, as moratórias da dívida externa, registradas na Rússia, e, numa proporção menor, na Argentina, provocaram quedas nos índices gerais de produtividade, em 1998 e em 2001. Mesmo assim, Colm McDonagh¹³ explica que: “o desempenho no longo prazo da dívida dos países emergentes é melhor do que a performance de qualquer outra classe de ativos entre os que predominam no mercado financeiro” (Financial Times, 7/2/04).

As moratórias russa (agosto de 1998) e argentina (do final de 2001) demonstram que esse fenômeno, tão marcante no ano de 1982 e aparentemente equacionado depois da renegociação do Plano Brady, só não assumiu uma proporção ainda maior devido às grandes intervenções, seja do Tesouro dos EUA, seja do FMI ou do BIS. Todavia, mesmo a moratória não tendo se generalizado, a situação dos Estados envolvidos e de suas respectivas economias

13 Chefe do Departamento de Dívida dos Mercados Emergentes na corretora Aberdeen Asset Managers.

se agravou, não só pelo aprofundamento da dependência financeira como pela expansão do seu endividamento através da manutenção da política de juros altos. Como em momentos anteriores, o FMI cobrou o aprofundamento da abertura comercial, a aceleração das privatizações e a aprovação das reformas para dar mais segurança ao capital. Desde seu início, a realização das reformas e a expansão das privatizações foram colocadas como condição para o “sucesso” do Plano e da retomada do desenvolvimento (GOMES, 2004, p 125).

O processo de privatização não se encerrou no governo Fernando H. Cardoso, apenas assumiu novas formas. Na ausência de grande volume de patrimônio estatal no setor produtivo para ser repassado às mãos privadas, o governo Lula da Silva conseguiu, em oito meses, fazer a reforma da Previdência, que FHC tentou em oito anos. Estima-se que cerca de R\$ 670 bilhões serão transferidos para o mercado financeiro até 2010, sendo mais dinheiro do que todas as privatizações conduzidas pelo governo Fernando H. Cardoso, mas com as mesmas características lesivas ao Estado, pois se trata de “um grande negócio”, como afirmou Francisco de Oliveira. Nesse processo, o governo ficará com a parte “podre” – os cerca de R\$ 170 bilhões sonogados pelos empregadores, as dívidas resultantes da utilização de superávits anteriores em obras como Brasília e a ponte Rio - Niterói, o pagamento das superaposentadorias conseguidas por incorporações judiciais muitas vezes questionáveis. Enquanto isso, os fundos de pensão passarão a recolher contribuições “limpas” que poderão ser corrigidas pela taxa SELIC¹⁴ (GOMES, 2004).

O crescimento do papel dos fundos de pensão¹⁵, nos anos 90, passou a ser decisivo tanto no processo de acumulação como na rolagem da dívida pública. Com isso, ex-sindicalistas estão na direção dos dois maiores fundos de pensão do Brasil: a Previ e a Petros, que detêm, juntas, um patrimônio de mais de R\$ 70 bilhões, sendo a Previ o maior fundo de pensão da América Latina, com ativos de R\$ 51,8 bilhões. Segundo Francisco de Oliveira, não são burgueses propriamente, porque eles não têm a propriedade, nem são gestores das empresas privadas, mas estão onde o capital privado busca recursos para acumular. São apenas membros da aristocracia operária que predomina dentro do PT e da CUT, procurando viabilizar seus grandes negócios (Folha de S. Paulo, 12/02/04). Estes, longe de se constituírem em grandes investidores no setor produtivo, desejo tanto do governo FHC quanto do governo Lula da Silva, acabaram se transformando num dos principais rentistas na rolagem da dívida pública e nas bolsas de valores.

A decretação da moratória Argentina, em dezembro de 2001, pelo novo presidente Adolfo Rodríguez Saá, logo após a renúncia de Fernando de La Rúa, e a inconvertibilidade do peso ao dólar, por sua vez, implicou grandes perdas para os trabalhadores e os médios empresários (já que os grandes tiveram

14 (www.adusp.org.br)

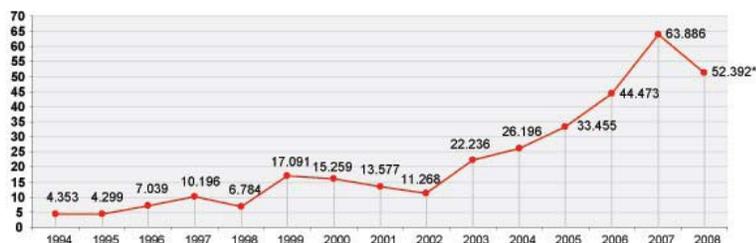
15 Com seus ativos de R\$ 200 bilhões, liderados pelos fundos das estatais PREVI (Banco do Brasil), FUNCEF (Caixa Econômica Federal) e PETROS (Petrobrás). Em 1994, apenas nove dos cinquenta maiores fundos de pensão tinham patrocinadoras privadas. Os demais eram ligados a empresas estatais.

parte da dívida estatizada). Durante esse episódio, os EUA, juntamente com o FMI, foram rápidos em condenar tal fato, alegando quebra de contratos. No entanto, a declaração de inconvertibilidade mais marcante da história capitalista foi justamente a praticada pelos EUA em 15 de agosto de 1971, no governo Nixon. Esta oficialização da crise do dólar e a flexibilização do câmbio, a partir de 1973, refletiram na crise capitalista capitaneada pelos EUA.

O excedente monetário gerado nos países industrializados é resultante, sobretudo, do não reinvestimento produtivo da riqueza, motivado pela queda da taxa de lucro. Nos anos 90, quando os EUA baixaram a taxa de juros para contornar a recessão de 1991, houve um novo aumento da liquidez mundial e uma nova onda de endividamento externo. Dessa forma, as economias subdesenvolvidas tornaram-se reféns do excedente monetário produzido pelos países ricos, bancando um ônus que deveria ser deles.

Nos mês de setembro de 2007 tivemos um socorro de mais de US\$ 1 trilhão dos bancos centrais dos países desenvolvidos aos bancos privados para evitar risco de crédito. Mais uma vez o excesso de liquidez internacional levou o preço dos papéis de países emergentes, como o Brasil, a patamares altos demais em relação à capacidade de as empresas negociadas gerarem lucro para seus acionistas. Entre janeiro de 2003 e outubro de 2007, o IBOVESPA valorizou-se 497% em reais e 1.077% em dólar. Os elevados ganhos ocorridos na bolsa brasileira nos últimos cinco anos não refletem as reais transformações ocorridas no processo produtivo, mas especialmente vindas da abundância de crédito mundial. Esses abalos recorrentes revelam que todas a reestruturação produtiva, flexibilização do trabalho, desregulamentação financeira e o persistente pagamento da dívida pública não foram suficientes para conter a eclosão da crise. Ao mesmo tempo, os mutuários nos EUA já devem mais do que tomaram emprestados, enquanto as financeiras elevam juros o que poderá ampliar a inadimplência. Entre 1994 a 2007 o IBOVESPA saiu de 4.353 pontos e atingiu 63.886 pontos com uma expansão de 1.367%.

DESEMPENHO DO IBOVESPA AO LONGO DOS ANOS (EM PONTOS)



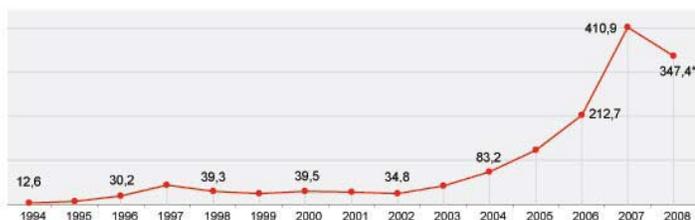
Fonte: Bovespa

*até 12/09/2008

Segundo levantamento da agência Standard & Poor's realizado em setembro de 2008, as Bolsas mundiais perderam mais US\$ 800 bilhões no mês

agosto e já somam prejuízo de US\$ 6,4 trilhões desde o início do ano, mesmo após o governo estadunidense ter “estatizado” as duas empresas: a Fannie Mae e a Freddie Mac, que dominam o setor de crédito imobiliário do país, com um pacote de mais US\$ 200 bilhões. No gráfico abaixo podemos observar o volume de compras de ações por investidores estrangeiros. Se 1994 tínhamos uma participação de R\$ 12, 6 bilhões, em 2007 esse volume chegou a R\$ 410 bilhões.

VOLUME DE COMPRAS DE AÇÕES POR INVESTIDORES ESTRANGEIROS** (EM R\$ BILHÕES)



Fonte: Bovespa

*até 09/09/2008

**Não inclui as vendas contabilizadas no período

Ao mesmo tempo que se ampliam as contradições nos EUA a China passa conquistar espaços econômicos na África e América latina sem resolver as contradições fundamentais vindas da sua restauração capitalista. A expansão chinesa da um novo patamar a crise de superprodução. A China, ao mesmo tempo que restaurou a produção capitalista, restaura e amplifica o rentismo numa dimensão que dá a instabilidade mundial um novo patamar. A restauração capitalista na China, ao mesmo tempo que impulsionou o capital produtivo, acelerou ainda mais as formas rentistas de capital.

As sucessivas intervenções feitas pelos bancos centrais dos países desenvolvidos não foram suficientes para conter a crescente instabilidade nas bolsas mundiais. A Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), que já tinha tido grandes perdas antes de maio de 2008 acabou perdendo US\$ 432 bilhões em valor de mercado entre o final de maio e o começo de setembro, segundo levantamento da consultoria Economática. Em maio de 2008, as companhias que têm ações na Bolsa brasileira alcançaram, juntas, um valor de mercado de US\$ 1,404 trilhão. No dia 8 de setembro, esse número tinha caído para US\$ 972 bilhões, uma queda de 30,8%. No dia 15 o banco de investimento Lehman Brothers, o quarto maior dos Estados Unidos, declarou sua falência, que perdeu mais de 77% de seu valor de mercado apenas na semana passada.

Desta forma os fundos de pensão, que compartilham dos mesmos interesses dos demais rentista tiveram perdas proporcionais. Enquanto isso, o governo Lula da Silva dando prosseguimento às reformas do governo Fernando H. Cardoso, tenta implantar a nova reforma da previdência com a regulamentação da previdência complementar para os servidores públicos, mesmo sabendo do fracasso dessa política na Argentina.

O que se convencionou chamar de crise imobiliária nos EUA é resultado de mais uma etapa da crise de superprodução contida mais uma vez pela expansão do crédito, na tentativa de conter a recessão nos EUA vinda da crise das bolsas de 2000 a 2002, quando a taxa básica chegou a 1% em 2003. Ou seja, apagar incêndio com gasolina foi a política implementada, especialmente nos EUA com repercussão sobre as demais economias. O eixo da política neoliberal esteve na desregulamentação financeira, na desregulamentação dos direitos sociais, nas privatizações, mercantilização dos serviços públicos e na reorientação dos gastos públicos para os compromissos com os juros das dívidas públicas.

O resultado desse modelo, que visava criar uma alternativa para conter a crise capitalista apresentou-se como um amplificador dessa, na medida em que não assegurou a retomada do crescimento econômico, especialmente nos países centrais (EUA, União Européia e Japão), não conteve o endividamento público, não assegurou a estabilidade do sistema financeiro internacional, nem reduziu os gastos financeiros com os juros. Ao contrário de crescimento econômico, o que houve em 2006 foi uma expansão do capital financeiro mundial (ações, títulos públicos e depósitos bancários) que atingiu US\$ 140 trilhões, mais que o triplo do PIB mundial. Somente China, Índia e alguns países produtores de *commodities* tiveram taxa de crescimento acima de 5.

3. PERSPECTIVAS

Na busca de uma alternativa não apenas anti-neoliberal, mas efetivamente anticapitalista temos que refletir sobre os limites das políticas de restauração capitalista para o atendimento das demandas do conjunto da classe trabalhadora. O êxito temporário das políticas keynesianas deu origem à convicção de que finalmente se tinha encontrado um caminho para enfrentar, de forma efetiva, as contradições capitalistas e, por sua vez, dissolver as possibilidades revolucionárias. Todavia, tratava-se de uma pseudo-solução (MATTICK, 1975, p. 325).

Com isso, o déficit público, que foi o ponto de partida da expansão capitalista, desde os anos 30, em seguida se converteu em novo impedimento do investimento privado, já que a necessidade de rolar esta dívida acabava pressionando a taxa de juros, juntamente com a queda da taxa de lucro. Assim, a intervenção estatal, que, no primeiro momento, abriu caminho para restabelecer o investimento privado, produtivamente, em seguida acaba por impulsionar as aplicações rentistas com a crescente elevação da taxa de juros. Tal iniciativa, longe de responder efetivamente às crises capitalistas, tornou-a ainda mais amplificada, especialmente nos anos 80 e 90, quando elevou brutalmente a taxa de juros nos países subdesenvolvidos (GOMES, 2004).

A crise que se seguiu a partir dos anos 70 revelou o grande fracasso das políticas keynesianas, nos EUA, tanto pela ocorrência das recessões de 1974 - 1976 e 1980 - 1982 quanto pela aceleração da crise fiscal e financeira do Estado capitalista. O retorno da recessão em 1991 e em 2001 e a crise nas bolsas

mundiais de 2000 a 2002 revelam que aquela crise não foi contornada, mas sim amplificada. A confirmação das colocações de Mattick (1975) veio com a introdução da política econômica de Reagan, que elevou a taxa de juros nos anos 80, nos EUA. Da mesma forma a introdução do Plano Real no Brasil, nos anos 90, acabou por aprofundar o endividamento público. Desde então, a política econômica implementada não foi suficiente para a retomada do crescimento econômico. O efeito multiplicador acabou agindo mais sobre a dívida pública, pois, quanto mais se pagou juro dessa dívida, mais ela se elevou. Em outras palavras, o crescente endividamento público dos Estados capitalistas nega a existência do efeito multiplicador do gasto governamental inicial do Estado como ativador dos investimentos privados e do crescimento das receitas desse Estado. O Brasil que devia R\$ 62 bilhões em julho de 1994, em 2008 chegou a R\$ 1,3 trilhão mesmo já tendo pago R\$ 1,3 trilhão.

Entre Marx e Keynes, estão duas propostas distintas quando ao destino do capitalismo. O primeiro propunha uma superação positiva deste sistema com a eliminação da propriedade privada (a expropriação dos expropriadores), enquanto o segundo propôs a superação negativa da propriedade privada com o Estado assumindo crescentes funções produtivas e recuperando as condições de rentabilidade e restabelecendo o processo de acumulação. Segundo Campos (1980, p. 29), na economia keynesiana, a estabilização se baseia no desenvolvimento dos setores improdutivos e destrutivos da estrutura de produção e da ocupação¹⁶. A superação efetiva da depressão dos anos 30 só ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, quando os EUA cresceram 105% em seis anos, tendo nos gastos estatais e despesas militares seus fundamentos principais.

O aprofundamento da crise capitalista ao mesmo tempo em que se amplia o repasse de dinheiro público para amenizar a crise no setor financeiro deixa claro que a saída encontrado pela classe dominante para contornar a crise, na fase anterior, a fez ainda mais amplificada e se converteu numa nova fonte do endividamento público, enquanto o estado capitalista se afasta ainda mais dos chamados gastos sociais. Tudo o que já foi feito, todas as reformas, toda a retirada de direitos dos trabalhadores, todo o pagamento da dívida pública, em todos os países, tudo isso não foi suficiente para conter a crise capitalista. Hoje ela apresenta ainda mais acentuada e, mais uma vez, quem é chamada para pagar a conta é a classe trabalhadora. O modelo em questão não permite reparos dentro dos marcos capitalistas. É necessário efetivar um programa de ação que possibilite a transição, ao transformar a crise objetiva do capitalismo em crise subjetiva.

No caso brasileiro o aprofundamento do neoliberalismo tem levado a uma crescente tentativa de criminalização dos movimentos sociais por um lado, e a tentativa de cooptação ou destruição desses movimentos, por outro. O gangsterismo sindical é o resultado da ação de várias centrais pelegas que

16 Em sua tese para professor titular, defendida em 1963, na Universidade Federal de Goiás.

disputam R\$ 100 milhões por ano. Tal fato, gera um atrelamento ao Estado mais elevado que na era Vargas.

A ascensão dos movimentos sociais e, em especial, do movimento sindical, durante toda a década de 80, e a afirmação do Partido dos Trabalhadores como principal protagonista da oposição, durante a década de 90, acabaram sendo capitalizadas em favor da eleição de Lula em 2002. Todavia, tal processo acabou por representar a continuidade, sob novas formas, da política do capital financeiro. Terminado formalmente o regime militar com a primeira eleição direta, surgiu o governo Collor, que estabeleceu uma nova estratégia na relação com o imperialismo, a partir do início da abertura comercial e de reformas. Estas reformas foram seguidas pelo governo Itamar Franco, passaram pelo governo FHC e têm sido seguidas à risca pelo governo Luís Inácio Lula da Silva. Os dois projetos que se rivalizaram em 1989 parecem ter se fundido sob a predominância dos princípios do projeto do governo Collor¹⁷, seguido por Fernando H. Cardoso.

A expansão do neoliberalismo teve grande impulso no governo Fernando H. Cardoso. Entretanto, foi amplificado no governo Lula da Silva com o apoio recebido, principalmente da Central Única dos Trabalhadores e da União Nacional dos Estudantes. Todavia, o apoio especialmente da CUT a todas essas reformas não estava apenas ligado ao crescente rebaixamento programático e incorporação à disputa institucional, na qual a burocracia dessa central passou a compor grande parte da bancada parlamentar, governo estaduais, governos estaduais, ministérios, conselhos de administração de empresas estatais, ONGs para políticas ditas sociais.

O processo de aproximação entre setores burocratizados da classe trabalhadora, através da CUT com o capital financeiro e agronegócio, se deve principalmente ao papel crescente na economia e no poder político dos fundos de pensão. No Brasil, estes passaram a ter R\$ 500 bilhões em ativos aplicados em títulos públicos e ações, tornando-se parceiros na disputa por parte da mais – valia diretamente na obtenção de dividendos das ações, ou indiretamente através da apropriação de parte da receita tributária atribuída ao pagamento de juros e amortização da dívida pública. Tal fenômeno passa a ocorrer já no processo de privatização das empresas estatais, especialmente a VALE, quando através de recursos desses fundos e dos empréstimos feitos com dinheiro Estatal (BNDES) passaram a compartilhar a gestão de empresas de vários setores privatizados. A política econômica dos rentistas implementada por FHC e amplificada no governo Lula da Silva funcionou como direcionador de recursos da economia diretamente para o setor financeiro e fundos de pensão, amplificando também a mesma dívida pública.

Observamos a intensificação do projeto neoliberal através desse governo com a aprovação da reforma da previdência, a autonomia do banco central, do

17Os dois governos estabeleceram como bode expiatório a “satanização” do servidor público na figura do “caçador de marajás”. Lula, logo após a aprovação da reforma da Previdência declarou nos principais meios de comunicação “ter sido o presidente que efetivamente combateu os marajás” .

aumento do superávit primário e do volume de recursos para pagamento dos juros da dívida pública, que já chegou a R\$ 851 bilhões de reais em cinco anos. Na continuidade desse governo está na agenda o final da reformas propostas pelo governo Fernando H. Henrique através da nova reforma da previdência, reforma trabalhista, reforma sindical, reforma universitária. O surgimento da Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS representa um grande instrumento para o enfrentamento às tentativas implementação dessas reformas e da reorganização da classe trabalhadora no Brasil.

Apesar das tentativas de conter os movimentos sociais tivemos uma grande expansão da resistência operário e camponesa na América Latina no combate a estas políticas. Todavia, parte desse movimento de resistência foi desviada para a luta institucional, que acabou por impulsionar a eleição de governos de centro esquerda, que uma vez no poder aceleraram as chamadas políticas neoliberais. Sendo assim, torna-se necessário a construção de uma alternativa de poder anticapitalista, já que as experiências registradas no continente não apontam saídas para a classe trabalhadora, além de ampliarem a desestruturação de partidos e sindicatos dentro da ordem burguesa. Torna-se necessário uma reorganização da classe trabalhadora a partir da reconstrução de sindicatos, partidos e centrais sindicais autônomos, classistas e internacionalistas, já que parte do que foi considerado como esquerda se converteu em correia de transmissão entre governos, capital financeiro e agronegócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUKHARIN, Nikolai. **O Imperialismo e a Economia Mundial**. Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1969.

————— **La Economia Política del Rentista**. Barcelona, Editorial Laia, 1974.

CAMPOS, Lauro. **A Crise da Ideologia Keynesiana**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

————— **A Crise Completa: a economia política do não**. São Paulo, Boitempo, 2001.

CARCANHOLO, Marcelo. **Abertura externa e liberalização financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro, 2002. Tese de Doutorado em Economia – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. **O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3., Niterói, 9-12 jun. 1998. **Anais...** Niterói: SEP/UFF, 1998. v. 1. p. 304-316.

- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo, Xamã, 1996.
- (Org.). **A Mundialização Financeira**. São Paulo, Xamã, 1998
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza: Impactos das Reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo, Moderna, 1999.
- COGGIOLA, Osvaldo & KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo ou Crise do Capital?** São Paulo, Xamã, 1995.
- COGGIOLA ET AL. **A Crise Brasileira e o Governo FHC**. São Paulo, Xamã, 1997
- CONESA, Eduardo. **Qué Pasa en la economía argentina**. Buenos Aires, Ediciones Macchi, 2000.
- CRUZ, Davidoff, Paulo. **Dívida Externa e Política Econômica: a Experiência Brasileira nos anos 70**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DELAMAIDE, Darrell. **O Choque da Dívida: A história completa da Crise Mundial do Crédito**. Rio de Janeiro, Record, 1984.
- FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. São Paulo, Boitempo, 2000.
- GOMES, José M. **Acumulação de Capital e Plano de Estabilização: um estudo a partir da experiência de âncora cambial na América Latina nos anos 90** / José Menezes Gomes. – São Paulo. USP: Tese de Doutorado, 2004.
- GUERRERO, Diego. **Trabajo Improductivo, Crecimiento y Tercerización** (30 años después de *Marx y Keynes*). In: <http://pc1406.cps.ucm.es/> .
- LENIN, Vladimir. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. Rio de Janeiro, Atlas, 1979.
- MANDEL, Ernest.. **O Capitalismo Tardio** 2^a ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- . **A Crise do Capital: Os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo; Ensaio, Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MARX, Karl.. **O Capital**. Livro III. v. 4 e 5. São Paulo: Difel, 1985.
- MATTICK, Paul. **Marx y Keynes: los limites de la economia mixta**. México: Ediciones Era, 1975.
- MOSELEY, Fred. **The falling rate of profit in the postwar United States economy**. Nova York: St. Martin's Press, 1991.
- XAVIER, Jurandir. **A Industrialização Subdesenvolvida: capital, classe e Estado na industrialização brasileira**. João Pessoa, UFPB Editora Universitária, 1993.

Artigo recebido em 10/04/2009

Artigo aceito em 12/07/2009